



INCORPORADORA

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA ANILCÉIA LUZIA MACHADO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

Processo de referência no TCDF: 00600-0001622/2024-62-e

MENDONÇA & GONÇALVES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.798.155/0001-67, com sede na Rua das Figueiras, Lote 07, Sala 1609, Ed. Shopping Vista, Águas Claras/DF, CEP: 71.906-750, representada pelo Sr. IGOR MENDONÇA GONÇALVES, brasileiro, casado, maior, empresário, portador do CNH. nº. 00712623354, que ora subscreve, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com base nos artigos 230 e 277 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, apresentar

**REPRESENTAÇÃO/DENÚNCIA
COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR**

Para que o Tribunal de Contas do Distrito Federal examine irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), nas pessoas do Sr. Pregoeiro ANCHIETA SOARES DE SOUZA, Sra. ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA PAULA, Subsecretária de Infraestrutura Escolar, Sr. DARLAN PASTORINI PEREIRA, Diretor de Engenharia e Sr. ANTONIO JOSE LIMA CAVAGNAC, Diretor de Orçamento de Obras, do Setor Técnico da Subsecretaria de Infraestrutura Escolar, no âmbito do Pregão Eletrônico Nº 90015/2024 (UASG 450432) conforme fundamentos de fato e de direito que passa a expor.

1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O feito perante esta respeitável Corte refere-se a irregularidades e ilegalidades praticadas durante o Pregão Eletrônico Nº 90015/2024 perpetrado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, em que arbitrariamente praticou atos na contra mão do Edital do certame e do ordenamento jurídico vigente, prejudicando a contratação pelo menor preço, consequentemente provocando considerável prejuízo ao erário e não atendendo ao interesse público.



INCORPORADORA

O TCDF determinou a PARALISAÇÃO do Pregão Eletrônico.

E de forma questionável, houve a manifestação de 3 Empresas buscando o “contraditório participativo” e defendendo a conduta ilegal da Secretaria que eliminou todas as licitantes que apresentaram descontos superiores a 25% em todos os lotes.

Assim, as licitantes INFRA ENGETH LTDA, CONSTRUTORA BURITY LTDA e MEVATO CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA “no anseio de contribuir” apresentaram forçada versão, com demonstração parcial da realidade dos fatos, o que denota notável INTERESSE PARTICULAR, distante do interesse público, perseguido pelo Controle Externo.

Acrescenta-se ainda, pasmem, estas três mesmas empresas apresentaram EXATAMENTE o mesmo desconto de 25% em todos os lotes e EXECUTARAM ESTE MESMO OBJETO LICITADO POR **MAIS DE 15 ANOS CONSECUTIVOS** PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEE/DF).

Ora, tais empresas insistem que qualquer lance acima de 25% torna o objeto inexecutável, até mesmo um lance de 25,01%, mas estas mesmas empresas apresentaram lances de 25% em todos os lotes. Então 25,01% é inexecutável, porém, 25% é executável?

O ato destas Empresas merece atenção e análise.

2- DA LEGITIMIDADE E DO CABIMENTO

A presente Representação trata de irregularidades e ilegalidades praticadas no âmbito do Pregão Eletrônico Nº 90015/2024 perpetrado pela **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF**, em que arbitrariamente VIOLOU o Edital do certame com a DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA das licitantes, atraindo PREJUÍZO AO ERÁRIO e afetando o interesse público.

Esta Licitação foi inicialmente objeto de representação através do Processo 00600-0001622/2024-62-e, esse e. TCDF já determinou alterações substanciais no edital.

A tempestividade do pleito é legítima pois o Pregão está na FASE DE SELEÇÃO das propostas.



INCORPORADORA

Tudo de acordo com o artigo 230, §1º, do Regimento Interno do TCDF, o qual prevê, no seu inciso VIII que:

Art. 230. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza.

§ 1º Têm legitimidade para representar ao Tribunal:

VIII - outros órgãos, entidades ou pessoas que detenham a prerrogativa de representação por força de suas respectivas competências ou atribuições legais.

Paralelamente, o Regimento Interno deste Tribunal prevê também a possibilidade de realização de denúncias em face de irregularidades. Tal previsão é encontrada no artigo 229, §2º, do Regimento Interno, o qual prevê:

Art. 229. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 2º São requisitos de admissibilidade da denúncia:

I - o nome legível do denunciante, sua qualificação, endereço e no caso de cidadão, a comprovação por meio do título de eleitor;

II - estar relacionada a administrador, responsável ou órgão sujeito à jurisdição desta Corte;

III - ser redigida em linguagem clara e objetiva;

IV - estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada.

Sendo assim, resta comprovado o cabimento da presente, além de demonstrada a legitimidade da empresa que subscreve.



INCORPORADORA

3- DA FALTA DE JUSTA CAUSA PARA DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUE MERECE SER REFORMADA POR ESSA CORTE DE CONTAS

Indubitável, esta Corte de Contas Distrital ser o órgão especializado com estrutura técnica de elevado nível e reconhecimento para analisar os fatos e irregularidades aqui relatados por envolver valor de alta monta que impactará no erário distrital.

Merece esclarecer que, os fatos aqui expostos tratam de ILEGALIDADES acontecidas durante a tramitação do Pregão Eletrônico Nº 90015/2024, na fase de julgamento das propostas.

Assim, vamos aos fatos:

Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024 (UASG 450432)¹ (DOC. 02) foi publicado em 26 de fevereiro de 2024 pela SEE/DF , para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial, com fornecimento de mão-de-obra e insumos para reparos nas instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, eletrônicas, mecânicas, de prevenção e combate a incêndio, bem como nas estruturas físicas dos edifícios urbanos e rurais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os serviços distribuídos em 25 (vinte e cinco) LOTES, do tipo MAIOR DESCONTO POR LOTE.

O valor global estimado da contratação, para os 25 (vinte e cinco) lotes, é de **R\$ 178.001.450,02 (cento e setenta e oito milhões, um mil quatrocentos e cinquenta reais e dois centavos).**

O Edital garante obedecer aos ditames do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e ainda, a Lei 4.611, de 09 de agosto de 2011, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e o Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

¹ Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/>



INCORPORADORA

Será vencedor, portanto, o licitante que oferece o maior desconto em relação ao preço global fixado no Edital, conforme determina o § 2º, art. 34 da Lei 14.133/2021 e o item 5.1.3. e seguintes do Edital.

O Edital em seu item 7.7 e seguintes também determinou na fase de julgamento da proposta, os mesmos DISPOSITIVOS do art. 59 da Lei nº 14.133/2021: Será desclassificada a proposta vencedora que: 7.7.1. contiver vícios insanáveis; 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; **7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;** 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, 7.7.8. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração para cada lote 7.8.1. **A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:** 7.8.1.1. que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. **7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

Assim posto, conclui-se que a decisão de exequibilidade ou inexequibilidade depende de diligências, possui presunção relativa e não absoluta. Não há hipótese de desclassificação sumária para propostas com desconto superior a superiores a 25%. Mesmo porque, houve questionamento por Empresas participantes sobre o limite de desconto antes do início do certame e o pregoeiro assertivamente, declarou aceitar proposta com descontos superiores à 25% desde que demonstradas exequibilidade através de DILIGÊNCIAS.

Certos do que pregava o Edital e frente às afirmativas do Pregoeiro, várias Licitantes, incluindo esta Empresa, ofereceram lances com descontos maiores que os 25%, desde lance de 25,1% até 38%, no aguardo da convocação para demonstrar sua exequibilidade.

Concluída a fase de lances, a etapa de julgamento de propostas foi iniciada.



INCORPORADORA

Foi quando o Pregoeiro informou no chat do pregão que para todos os lotes, as propostas ofereciam desconto superiores a 25% e que, portanto, deveriam comprovar sua exequibilidade no prazo máximo de 2 horas.

Embora estivesse previsto no Edital, o prazo de 2 horas para comprovação de uma exequibilidade de proposta em uma licitação com 25 lotes e de valor de **R\$ 178.001.450,02**. É bastante difícil ou até impossível atender a este prazo, prejudicando a busca pela proposta mais vantajosa.

Acrescenta-se que, é usual em todos os Pregões, o Pregoeiro oferecer mais prazo para apresentação das propostas de acordo com o lance oferecido, bem como demonstrar a Exequibilidade.

Surpreendentemente, após as licitantes terem apresentado suas comprovações e certos de **uma análise competente e de forma pormenorizada**, em 24/06/2024, o Sr. Pregoeiro VOLTOU ATRÁS e VIOLOU A LEI. Desclassificou TODAS as propostas com desconto superior a 25%. Baseado no **DESPACHO SEE/SIAE (SEI/GDF - 143738263)**, de **responsabilidade da área técnica**.

Aqui deve ser dada atenção: Desclassificou tanto as primeiras colocadas como as demais que **não tiveram a chance** de demonstrar a EXEQUIBILIDADE. O Pregoeiro eliminou **97 propostas de 14 empresas** classificadas do 2º lugar em diante nos 25 lotes, sem oportunidade para manifestação ou apresentação de documentos, devido aos descontos considerados "excessivos".

Neste interim, o Leiloeiro iniciou o desempate entre as propostas com desconto de 25% para todos os lotes.

Mais uma vez, desconsiderando os critérios de julgamento previstos na Lei de Licitações, o LEILOEIRO passa a considerar as regras de desempate mais importantes do que o próprio critério de julgamento da licitação, uma vez que há DIVERSAS EMPRESAS EMPATADAS NOS 25%.

É de se espantar que, algumas em empresas apresentaram desconto de 25% para todos os lotes. Destaque para as Empresas INFRA ENGETH LTDA, CONSTRUTORA BURITY LTDA e MEVATO CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA. Pasmem! Estas Empresas também se dignaram a defender as violações promovidas pelo Pregoeiro.

Na contramão da realidade e na defesa da ilegalidade estas empresas argumentam:



INCORPORADORA

-Uma elucubração sobre a margem para demonstração de exequibilidade, totalmente em desacordo com a LEI e PRÁTICAS vigentes.

-Que foi dada chance para demonstrar exequibilidade para as empresas.

Facilmente pode-se demonstrar, pela conduta escrita do Leiloeiro durante o Pregão: Houve pedido de apresentação de proposta e exequibilidade somente e tão somente das primeiras colocadas nos 25 lotes. E as demais proposta que deram descontos superiores a 25%, portanto de 25,1%. São 97 propostas e somente 25 foram displicentemente analisadas.

A exequibilidade é **ÔNUS EXCLUSIVO DA LICITANTE, desde que lhe seja dada a chance de demonstrar.**

4- ILEGALIDADES:

4.1-DA ILEGALIDADE DO DESPACHO SEE/SIAE (SEI/GDF - 143738263) QUE DESCLASSIFICA TODAS AS EMPRESAS QUE DERAM MAIS DE 25% DE DESCONTO

Baseada numa decisão rasa e arbitrária, o Setor Técnico, representado pelo Sr. ANTONIO JOSE LIMA CAVAINAC, Diretor de Orçamento de Obras, Sr. DARLAN PASTORINI PEREIRA, Diretor de Engenharia, e ratificadas pela Sra. ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA PAULA, Subsecretária de Infraestrutura Escolar, sem referência a nenhuma proposta, promoveu a DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA, DE TODAS AS EMPRESAS e de TODOS OS LOTES EM QUE HOUVE DESCONTO SUPERIOR A 25%.

DOC. 02 - Despacho da SEE/SIAE:

“26. Nesse sentido, conforme as justificativas supracitadas, feitas as devidas análises por esta especializada, mais precisamente de sua equipe técnica de engenharia e de orçamento, no que concerne à viabilidade de aceitação e habilitação das sobreditas licitantes, posicionamos pela efetiva desclassificação das propostas de todas as empresas que ultrapassaram o desconto máximo de 25% previsto no Pregão Eletrônico no 90015/2024.

27. Tal decisão fundamenta-se no amparo técnico desta área, visando minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, está assumindo obrigação contratual que efetivamente não poderá cumprir, (...)”.



INCORPORADORA

Com a tese de que a Nova Lei de Licitações e o Acórdão nº 2.198/2023 - Plenário - TCU – já superado pelos Acórdãos mais recentes - trariam a determinação de desclassificação das propostas com descontos inferiores a 75%, resultando na eliminação de 97 propostas de 14 empresas.

Por fim, o Despacho DESCLASSIFICOU SUMARIAMENTE todas as empresas, incluindo essa Representante, em uma decisão ÚNICA, genérica e sem fundamentações concretas, em total ILEGALIDADE.

Veja-se a decisão da SECRETARIA:

“(…) 12. É importante frisar, que o tema foi reiteradamente tratado no Termo de Referência (141097228) e no Edital (141446000) do Pregão Eletrônico no 90015/2024, conforme itens a seguir:

5.1.7 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração para cada lote.

5.1.8 Serão desclassificadas as propostas cujos descontos sejam superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado pela Administração para cada lote.

7.8 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração para cada lote.

13. Destarte, propostas que ofertaram valores inferiores a 75% do valor orçado pela Secretaria desrespeitam o teto de desconto estabelecido no Edital e a literalidade da NLLC descrita acima. Da análise, percebe-se que TODAS as propostas apresentaram indícios de inexequibilidade de preços nos termos do Edital.”

(…)



INCORPORADORA

14. Nesse sentido, fundamentado por razões de ordem técnica, entendemos que, em nenhum momento, restou comprovada a exequibilidade de propostas

que apresentaram descontos superiores a 25%. As mencionadas propostas não se revelaram capazes de possibilitar uma retribuição financeira mínima ou compatível, por exemplo, com os encargos contratuais obrigatórios.

15. Entende-se, também, que, além das razões de ordem técnica, aceitar tais propostas macularia as normas fixadas no edital do Pregão Eletrônico no 90015/2024, que estão expressamente vinculadas ao ordenamento contido na Lei no 14.133/2021.”

Resta demonstrado a adoção do CRITÉRIO ABSOLUTO de inexecuibilidade, sem análise específica das propostas que foram apresentadas e mais ainda, sem dar oportunidade a todos os concorrentes com proposta de desconto superiores a 25% de comprovarem a exequibilidade. **Aqui sim, viola as regras dos Pregões.**

- Porque uma proposta com desconto de 25,01% é menos viável do que outra com 25%?

- Baseado em qual técnica restou comprovada a inexecuibilidade de propostas que apresentaram descontos superiores a 25%”?

Embora a área técnica tenha simulado alguma análise quando apresenta elucubrações subjetivas sobre uma suposta “COMPOSIÇÃO DESEJÁVEL” de custo e de BDI com base na Tabela SINAPI; analisando tributos, percentuais de custos relativos à mão de obra; relacionando com uma Convenção Coletiva de Categoria, tal teoria determina ingerência subjetiva e ilação discricionária sobre a composição de custos de empresas. Elimina totalmente a concorrência entre as Empresas, impondo a teoria sobre a lucratividade privada e ainda, estratégica comercial de forma igualitária.

- É dever da administração buscar a proposta mais vantajosa e fazer todo o possível para atingi-la?



INCORPORADORA

Aqui, percebe-se um grande esforço para que a decisão esteja na contramão do do melhor para o interesse público, já que os MELHORES DESCONTOS são taxados como INEXEQUÍVEIS, com argumentações genéricas e subjetivas

- Qual seria a intenção?

Resta certo de que a intenção dos agentes públicos é INTERPRETAR a INEXEQUIBILIDADE como um pressuposto ABSOLUTO, na contramão de todos os entendimentos pacíficos sobre o tema, seja na doutrina especializada, seja pela Corte de Contas Federal, contradizendo também o esclarecimento do Pregoeiro de aceitar a demonstração de exequibilidade para todas as propostas.

A regra aplicada foi de “tudo ou nada”, sem ponderar as particularidades de cada licitante.

Ao decidir pela DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA, **sem chance de demonstração de exequibilidade para todas as empresas com desconto superior a 25%**, negando o direito da análise de cada proposta, o ato tornou-se completamente NULO aos ditames legais estabelecidos no próprio Edital.

Ao violar ditames do edital e **desprezar esclarecimentos anteriores do Leiloeiro** a SEEDF fere princípios indissociáveis da boa gestão pública, insculpidos no artigo 37. caput, cf/88.

Assim posto, resta evidente que o despacho sei/gdf - 143738263 é nulo de pleno direito, e deve cumprir a lei.

Ou seja

O Pregão deve retornar à fase de seleção e julgamento das propostas e deve a Secretaria de Educação do Distrito Federal na pessoa do Leiloeiro oferecer prazo RAZOÁVEL e NÃO INFERIOR a 2 dias, de forma que cada licitante traga suas evidências de exequibilidade, as quais deverão ser INDIVIDUALMENTE ANALISADAS, inclusive com oportunidade de DILIGÊNCIAS para as dúvidas que vierem a surgir ANTES DE QUALQUER DECISÃO que venha a desclassificar a PROPOSTA MAIS VANTAJOSA do certame.

Pois é isso que determina a Lei e as melhores práticas da gestão pública.



INCORPORADORA

5. DA POSSIBILIDADE DA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

Sabe-se que o critério estabelecido e que deveria ter sido adotado em sua plenitude é o do art. 59, IV, § 2º, da Lei 14.133/2021, que presume relativamente a inexecuibilidade dos preços, permitindo à Administração conceder à licitante a oportunidade REAL E EFETIVA de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Significa dizer que a DESCLASSIFICAÇÃO de empresas em razão de ter apresentado DESCONTOS MAIORES QUE 25% em suas propostas NÃO É LEGAL, ao revés do que a decisão da Secretaria de Educação entendeu.

Além disso, o fato de o Pregoeiro ter pedido para que as licitantes apresentassem suas “justificativas” para os descontos MAIORES de 25% de uma só vez:

1. É diferente do usual em Pregões
2. Demonstra que havia uma prévia decisão interna de que tais empresas seriam desclassificadas
3. A SEE/DF não estava seguindo o rito das diligências, analisando cada justificativa e saneando DÚVIDAS em cada situação até chegar a tomada da decisão.
4. Demonstra, a escolha por desclassificação.

Isso de fato ficou patente com a própria decisão que é UMA ÚNICA E GENÉRICA DECISÃO para os 25 lotes!

Embora o Pregoeiro ter colocado o Acórdão 803/2024 na resposta ao questionamento sobre a oportunidade de demonstrar a exequibilidade e que ela seja analisada com ACUIDADE ANTES de qualquer decisão desclassificatória:

ACÓRDÃO 803/2024 - TCU - PLENÁRIO Min.

Benjamin Zymler

16. Embora eu reconheça o precedente de relatoria do Ministro Antonio Anastasia, no sentido de que *"não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexecuibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexecuível, devendo a proposta ser desclassificada"* (Acórdão 2198/2023-TCU-Plenário), a jurisprudência recente



INCORPORADORA

parece estar convergindo para a aplicação da Súmula 262 no âmbito da Lei 14.133/2021.

17. Como exemplo, cabe citar o recente Acórdão 465/2024-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro-Substituto Augusto Sherman CaEmbora o pregoeirovalcanti:

"9.3. dar ciência [...] que o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei;"

(...)"

Esse Acórdão se torna referencial para o caso tratado uma vez que versa justamente sobre SERVIÇOS DE ENGENHARIA e é indene quanto a sua aplicação EXTIRPANDO a ideia de que a Tabela SINAPI é cogente e não estimativa:

ACÓRDÃO 803/2024 - TCU - PLENÁRIO

"(...)

20. Sabendo-se de antemão que as tabelas referenciais de custos utilizadas para balizar o orçamento estimativo das licitações de obras públicas e serviços de engenharia podem apresentar valores superestimados, consoante demonstrado em várias fiscalizações já realizadas por esta Corte de Contas, a interpretação de que o critério do art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 seja uma regra absoluta poderia levar a diversas licitações em que os licitantes ofertariam lances com o desconto máximo admitido, o que ensejaria o empate dos ofertantes e a necessidade de aplicar as regras dispostas no art. 60 da mesma lei.

21. Em suma, tal regra poderia ser considerada inconstitucional por afastar o próprio dever de licitar, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como por violar o princípio da economicidade. Afinal, anteendo que diversos certames terminariam empatados, os critérios de julgamento previstos na Lei de



INCORPORADORA

Licitações não seriam efetivamente aplicados, tornando-se as regras de desempate mais importantes do que o próprio critério de julgamento da licitação.

Cabe nesse ponto aduzir que é exatamente isso que está acontecendo neste certame.

De novo, os critérios de julgamento previstos na Lei de Licitações não estão sendo efetivamente aplicados, e as regras de desempate SÃO mais importantes do que o próprio critério de julgamento da licitação, uma vez que há DIVERSAS EMPRESAS EMPATADAS NOS 25%!

O Acórdão referido ainda traz mais uma assertiva brilhante a ser analisada *in casu* no que se refere ao ORÇAMENTO ESTIMADO da presente licitação. Veja-se:

“23. Em um simples exercício, se o orçamento estimado (que é o principal parâmetro para exame da exequibilidade) estiver repleto de preços errados e omissões de serviços, a proposta do licitante, ainda que com baixo desconto, será inexecutável de plano. Por outro lado, se o orçamento estimado estiver com sobrepreço (ou se o sistema referencial utilizado apresentar valores superestimados), será possível que as propostas dos licitantes, ainda que com desconto superior a 25% do valor estimado, sejam plenamente executáveis.

24. O melhor tratamento da matéria parece remeter ao entendimento de que não é papel do Estado pugnar pela exequibilidade das propostas, exercendo uma espécie de curatela dos licitantes. Ao tutelar a lucratividade dos proponentes e a exequibilidade das propostas, o Poder Público interfere indevidamente na seara privada criando restrições indevidas para o setor produtivo praticar os preços que bem entender e, por conseguinte, também arcar com as consequências de suas decisões.

25. Ainda que fosse possível estabelecer em lei regras realmente eficazes para analisar a exequibilidade, tais regras não poderiam captar diferentes tipos de decisão empresarial. A título de exemplo, cito o caso do particular que oferta preço inexecutável porque deseja obter um determinado atestado de capacidade técnica para



INCORPORADORA

conseguir entrar em um novo mercado. É o custo de aquisição de um novo cliente, que muitas vezes o setor produtivo está disposto a incorrer. Em outro exemplo, o particular poderia ofertar preço inexecutável por necessidades de obter caixa ou desovar estoques de produtos que estão prestes a perecer ou que não terão outra serventia.

26. Existem outros benefícios indiretos ao particular além dos preços ofertados na licitação. Cita-se o exemplo de um fabricante de veículos que tem um retorno positivo de sua imagem ao fornecer viaturas para as forças policiais, assim como os futuros ganhos que terá ao vender as peças de reposição e realizar a manutenção das viaturas.

Esta própria Corte de Contas recentemente obteve em comodato, de forma totalmente gratuita, a utilização de dois veículos de alto custo para uso de suas autoridades. Qualquer regra de exequibilidade que se preveja em lei dificilmente captará todas as nuances da atividade empresarial privada.
(...)

31. No entanto, uma regra inflexível de desclassificar qualquer proposta com mais de 25% de desconto em relação ao valor estimado não permite captar todas essas nuances, exigindo que se realize as necessárias diligências para se aferir de fato se a proposta é executável.”

Ora, no caso em questão, a decisão da SEE/DF foi CONTRÁRIA ao critério de relatividade estabelecido para a avaliação das propostas com indícios de inexecutabilidade.

Ao decidir, opta por uma decisão absoluta, com a desclassificação de todas as licitantes que ofereceram desconto superior a 25%, com justificativas gerais e subjetivas sem analisar a situação de cada licitante.

Retira a competição ao desclassificar sumariamente propostas superiores a 25%.



INCORPORADORA

Contradiz a isonomia, descumprindo a promessa de controle, impessoalidade e transparência da Administração Pública

Baseou-se em Acórdão já superado por acórdãos mais recentes, portanto não está devidamente fundamentado

Resta evidente, portanto, que foi esse o caminho seguido pelo Setor Técnico da SEE/DF ao não avaliar a exequibilidade das propostas dos licitantes que apresentaram descontos superiores a 25%. Está **REPLETO DE IRREGULARIDADES**, não só atingindo a representante, mas TODOS OS 25 LOTES, e todas as empresas que apresentaram descontos superiores a 25%.

Sendo assim, a Decisão que desclassificou sumariamente as licitantes de todos os lotes que ofertaram um percentual de acima de 25% de desconto merece ser anulada e deve-se oferecer a todas as empresas a comprovação de sua exequibilidade, em PRAZO RAZOÁVEL de apresentação de todos os insumos que a representante entenda como adequado BUSCANDO A COLABORAÇÃO entre Poder Público e iniciativa privada em prol do interesse público..

1. DA MEDIDA CAUTELAR

Face ao exposto, quando há DIVERSAS IRREGULARIDADES sendo perpetradas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com o iminente PREJUÍZO ao interesse público, requer seja deferida a MEDIDA CAUTELAR PARA:

SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO QUE ENSEJOU NA DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA DA EMPRESA NOS LOTES EM QUE FOI OFERTADO PROPOSTAS COM PERCENTUAIS DE DESCONTO ACIMA DE 25% – EXARADA pelo Sr. Pregoeiro ANCHIETA SOARES DE SOUZA em 24/06/2024, baseada no Parecer do Setor Técnico da Subsecretaria de Infraestrutura Escolar;



INCORPORADORA

2. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) O recebimento e o processamento desta Representação;
- b) O deferimento da medida cautelar para:

SUSPENDER OS EFEITOS DA DECISÃO QUE ENSEJOU NA DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA DA REPRESENTANTE NOS LOTES EM QUE FOI OFERTADO PROPOSTAS COM PERCENTUAIS DE DESCONTO ACIMA DE 25% – EXARADA pelo Sr. Pregoeiro ANCHIETA SOARES DE SOUZA em 24/06/2024;

- c) seja intimado a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, para apresentar razões de justificativa;
- d) No mérito, que seja julgada totalmente procedente a presente Representação para:

d.1 Anular a decisão de desclassificação sumária das propostas com percentuais de desconto acima de 25% EXARADA pelo Sr. Pregoeiro ANCHIETA SOARES DE SOUZA em 24/06/2024;

d.2 Anular a DESCLASSIFICAÇÃO da Representante no Pregão 90015/2024 dos lotes em que foi DESCLASSIFICADA SUMARIAMENTE;



INCORPORADORA

- e) Que todas as comunicações sejam realizadas no nome do advogado IGOR MENDONÇA GONÇALVES, inscrito na OAB/DF 25.991, sob pena da nulidade;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 18 de julho de 2024.

IGOR MENDONÇA GONÇALVES